

Agosto de 1942: o Brasil entra na guerra

Publicado no Diário Oficial de São Paulo Leitura 11(125) Agosto 1992

Cláudio Moreira Bento

Do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

O Brasil participou do esforço de guerra aliado na Segunda Guerra Mundial a partir de 22 de agosto de 1942, quando reconheceu o estado de beligerância contra ele, de parte do Eixo, e nela ficou até 8 de maio de 1945, Dia da Vitória. Sua extensão geográfica, a quinta do mundo, sua posição geopolítica debruçada sobre o Atlântico e mais a solidariedade continental americana não permitiram ao Brasil ficar neutro. Assim, participou militarmente da guerra nos teatros de operações do Atlântico e do Mediterrâneo, em decorrência do Acordo Bilateral Brasil — Estados Unidos, de 23 de maio de 1942, coordenado pela Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA que funcionara em Washington e no Rio de Janeiro.

As Forças Armadas do Brasil assim participaram na guerra: o Exército defendeu o território brasileiro e as instalações militares nele existentes, com ênfase na Zona de Guerra então criada e, dentro desta, o Saliente Nordeste (Estados RN, PB, PE, AL), no qual se incluía o triângulo Arquipélago de Fernando de Noronha — Natal — Recife; também enviou a Força Expedicionária Brasileira (FEB) ao Teatro de Operações do Mediterrâneo, integrada no V Exército dos Estados Unidos.

A Marinha incumbiu-se da defesa dos nossos portos, do patrulhamento oceânico e da proteção de comboios, isoladamente ou integrando a IV Esquadra Americana, com Quartel General no Recife.

A Aeronáutica participou com ações de patrulhamento oceânico e proteção aérea de comboios, isoladamente ou integrando a referida IV Esquadra Americana, além de enviar o 1º Grupo de Caça (“O senta a pua”) para integrar a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo e uma esquadrilha de ligação e observação (1ª ELO), na Itália, sob o controle operacional da FEB.

A cooperação inicial do Brasil com os Aliados ficou restrita ao continente americano. Cessada a ameaça de invasão das Américas pelo Eixo, através do Saliente Nordeste, a resolução da Comissão Mista de Defesa Brasil-EUA nº 16, de 21 de agosto de 1943, ampliou a participação militar do Brasil, que foi traduzida, na prática, no envio de forças de terra e ar do Brasil para o teatro do Mediterrâneo e na ação de nossa Marinha de Guerra além das águas continentais americanas.

Em contrapartida, o Brasil recebeu dos Estados Unidos, para o cumprimento de suas missões, o material bélico cedido através da Lei de Empréstimos e Arrendamentos (Lend-Lease), além de instrução americana para a guerra anti-submarina, proteção de comboios navais, caça aérea, defesa antiaérea e de costa e de emprego de divisões de Infantaria.

O esforço militar inicial do Brasil foi para defender o Saliente Nordeste. Este, junto com a costa do Senegal, na África, formava o estreito Natal-Dakar, através do qual os nazistas, antes de serem derrotados no Norte da África, poderiam tentar uma ação aeronaval, ou mesmo ações tipo comando, contra o Nordeste do Brasil onde estava importante base norte-americana, a partir da conquista do Arquipélago de Fernando de Noronha.

O Saliente Nordeste, através da base aérea de Pamamirim, em Natal, cedida aos americanos, junto com a base aérea de Belém no Pará, e mais a base aérea no Amapá se constituiu em importante área estratégica, integrante da ponte aérea militar americana Natal-Dakar, essencial ao esforço aliado para a conquista do Norte da África, do Oriente Médio (de novembro de 1942 a maio de 1943), da invasão da Europa pela Itália e mesmo para as operações militares dos Estados Unidos no Extremo Oriente.

A cooperação brasileira ao esforço de guerra aliado, em nível estratégico, se caracterizou pela defesa do Saliente Nordestino do Brasil contra uma possível invasão inimiga através do estreito Natal-Dakar; pela captura pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), na Itália, de duas divisões inimigas num total de 20.753 homens; pelo fornecimento aos Estados Unidos de matérias-primas estratégicas, como cera de carnaúba, balata, cristal de rocha e borracha, esta colhida pelos chamados “soldados da borracha”, que se embrenharam na Amazônia e, finalmente, pela cessão temporária das bases aéreas de Amapá, Belém e Natal e Belém, que apressaram a vitória dos Aliados na África, Europa e Ásia (Oriente Médio).

A base aérea de Natal permitiu que milhares de aviões militares dos Estados Unidos dela saltassem, sem escalas, para a África, e daí para a Europa e Extremo Oriente. A base aérea de Natal se projetou também na vitória inglesa de El Alamein, a batalha que decidiu a vitória aliada no Norte da África. Sem ela, teria sido difícil o apoio dos americanos aos ingleses contra as divisões alemãs. Daí decorreu o nome de Trampolim da Vitória, dado ao Nordeste.

O Brasil perdeu nessa guerra, por morte, 1.889 brasileiros. Foram afundados 34 de seus navios, dos quais 31 eram navios mercantes, além de abatidos 22 aviões de caça. Foram gastos com as operações 21 milhões de cruzeiros.

Durante a guerra, as Forças Armadas do Brasil se modernizaram e se atualizaram doutrinariamente. A renovação de material bélico foi expressiva, com base na Lei de Empréstimos e Arrendamentos. Elas se equiparam com o que havia de mais moderno: caças-submarinos, aviões de caça, de bombardeio e anti-submarino, contratorpedeiros de escolta, carros de combate, canhões de campanha, anticarro, antiaéreo e de costa, radares e sonares, detectores de minas, gasolina gelatinosa etc.

O Brasil teve a sua instrução militar atualizada com base em padrões das Forças Armadas dos Estados Unidos e na experiência operacional militar adquirida na Batalha do Atlântico, com a IV Esquadra Americana, ou com a Força Aérea Aliada do Mediterrâneo e o V Exército dos Estados Unidos, na Itália. O povo brasileiro incluiu no rol de suas vitórias militares os combates de Monte Castelo, Castelnuovo, Montese e Colechio-Fomovo, que foram as mais expressivas de sua Força Expedicionária, da Força Aérea Brasileira e da Marinha de Guerra, que ajudou a escoltá-las para a Itália e a trazê-las de volta coberta de louros. O desenvolvimento da Aeronáutica do Brasil em função da guerra teve expressivos reflexos na acelerada modernização e expansão da aviação civil brasileira.

O Brasil já havia participado do esforço de guerra dos Aliados na Primeira Guerra Mundial, através da Marinha de Guerra representada pela Divisão de Operações Navais (DNOG), sob o comando do almirante Pedro Frontin, e que operou no litoral da África, de Serra Leoa para o norte, como parte de esquadra dos Aliados comandada pelo almirante inglês Heathcoat Grant. O Exército foi representado pela Comissão de Estudos de Operações de Guerra e de Aquisição de Material na França, constituída de 24 oficiais que combateram no Exército daquele país, oito deles promovidos por atos de bravura. Essa Comissão foi chefiada pelo general Felipe Aché, ao qual estava subordinada também a Missão Médica Especial enviada pelo Brasil, composta de médicos de nosso Exército e Marinha, além de civis formados ou acadêmicos à disposição do Comando Único dos Exércitos Aliados. Ainda na Primeira Guerra Mundial, um reduzido número de pilotos brasileiros do Exército e da Marinha se adestraram respectivamente nas aviações militares da França e da Inglaterra e nelas atuaram. Eles se constituíram no embrião das aviações do Exército e da Marinha do Brasil que, fundidas em 1941, deram origem à Força Aérea Brasileira. Estes pioneiros, com o concurso da Missão Naval Inglesa em nossa Marinha de Guerra, e da Missão Militar Francesa em nosso Exército adestraram o Exército e Marinha entre as duas guerras mundiais.

Cláudio Moreira Bento, coronel do Exército historiador militar e jornalista.